

# **Histórico do Orçamento Participativo de Porto Alegre**



## **CIDADE**

**Centro de Assessoria e Estudos Urbanos**

**Rua Antão de Farias, 50 - Bom Fim**

**Porto Alegre - RS - Brasil**

**Fone/fax: (0xx51) 3264 3386**

**[cidadepa@portoweb.com.br](mailto:cidadepa@portoweb.com.br)**

**[www.portoweb.com.br/ong/cidade](http://www.portoweb.com.br/ong/cidade)**

1989	1990	1991	1992
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 1º governo da Frente Popular - coligação de partidos de esquerda. Plataforma principal: democratização das relações entre Estado e Sociedade Civil.</li> <li>• Ausência de recursos para investimentos - Reforma Tributária - potencialização dos recursos próprios / "Quem tem mais paga mais"/ Ex: Reformulações do IPTU e ISSQN.</li> <li>• Primeira proposta de Orçamento Participativo (OP): Discussão pública do orçamento e recursos para investimento - coordenado pela Secretaria de Planejamento Municipal.</li> <li>• Proposta da Prefeitura de regionalização do OP- 5 regiões.</li> <li>• Debate com as lideranças comunitárias e sindicais - definição das 16 regiões: Ilhas, Humaitá - Navegantes, Leste, Lomba do Pinheiro, Norte, Nordeste, Partenon, Restinga, Glória, Cruzeiro, Cristal, Centro-Sul, Extremo-Sul, Eixo-Baltazar, Sul e Centro.</li> <li>• 1ª Reunião do OP - Zona Norte no Sindicato dos Metalúrgicos - 200 participantes.</li> <li>• Criado o Serviço de Educação de Jovens e Adultos – SEJA.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Aprovação da Lei Orgânica Municipal em 03.10.90.</li> <li>• OP passa a ser coordenado pela CRC - Coordenação de Relações com a Comunidade. Criação do GAPLAN - Gabinete de Planejamento responsável pelo planejamento orçamentário, mudando o padrão tradicional de fazer o orçamento. GAPLAN e CRC estão vinculados diretamente ao Gabinete do Prefeito.</li> <li>• Criação do Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento.</li> <li>• Critérios para eleição de delegados na 1ª rodada - 5 pessoas: 1 delegado.</li> <li>• Critérios para distribuição de recursos nas regiões: população carente, população total, contribuição para a organização da cidade, mobilização popular e carência de infra-estrutura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Distribuição dos recursos por setor de atividade ao invés da política de concentração dos investimentos nas áreas de carência máxima.</li> <li>• A hierarquização é feita por órgãos da administração.</li> <li>• Dois critérios foram abandonados: o da mobilização popular e o da importância da região para a organização da cidade. Novo critério: a prioridade da região.</li> <li>• Critérios para a distribuição de recursos: carência de serviços ou infraestrutura urbana da região, população em área de carência máxima de serviços ou infra-estrutura da região, população total da região e prioridade da região.</li> <li>• Criação do Fórum Regional do Orçamento Participativo - FROP.</li> <li>• Aprovada a lei que disciplina a concessão do direito real de uso aos ocupantes de áreas de propriedade do poder público municipal (Lei nº 242 de 09.01.91).</li> <li>• Criação do Conselho Municipal de Educação e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.</li> <li>• Criação do Programa Municipal de Educação Infantil - atendimento às crianças de 0 a 6 anos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Reforço das relações com a comunidade: criação do Coordenador Regional do Orçamento Participativo (CROP).</li> <li>• Introdução de 7 temas para hierarquização: saneamento básico, regularização fundiária, transportes, saúde, organização da cidade, pavimentação e educação.</li> <li>• Multiplicação dos espaços de participação, como os Conselhos Populares e os Conselhos Tutelares.</li> <li>• Criação do Conselho Municipal da Saúde (CMS).</li> <li>• Aprovada a lei que institui o Banco de Terras (Lei nº269 de 22.01.92).</li> </ul>

1993	1994	1995	1996
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 2ª gestão da Administração Popular.</li> <li>• Novo nome para o tema pavimentação: Pavimentação Comunitária.</li> <li>• Plano Plurianual elaborado internamente pelo governo é apresentado para aprovação no COP.</li> <li>• Realização do Cidade Constituinte - Qual a cidade que queremos no futuro?</li> <li>• I Congresso da Cidade - aprovação das diretrizes, projetos e ações da cidade que se deseja.</li> <li>• Alterações no IPTU: aprovado na Câmara de Vereadores a progressividade no tempo (alíquota progressiva). Aprovada a Lei 312 que regulamenta a função social da propriedade.</li> <li>• Criação da Unidade Financeira Municipal (UFM) como unidade de correção dos tributos (impostos, taxas e contribuição de melhoria).</li> <li>• Criação dos Conselhos Escolares em 19.01.93.</li> <li>• Início do projeto “Escola Cidadã”: participação da comunidade nas escolas.</li> <li>• Criação do convênio com creches comunitárias: recursos públicos e gerenciamento da comunidade.</li> <li>• Papel prioritário da Prefeitura na política de Assistência Social do município articulando ações que encontravam-se dispersas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação das Temáticas: Circulação e Transporte, Saúde e Assistência Social, Educação, Cultura e Lazer, Desenvolvimento Econômico e Tributação e Organização da Cidade e Desenvolvimento Urbano.</li> <li>• Primeira discussão e aprovação do Regimento Interno no Conselho Municipal do Plano de Governo e Orçamento.</li> <li>• Constituição da Comissão Paritária que coordena e planeja as atividades do Conselho, com 4 representantes do governo e 4 conselheiros eleitos.</li> <li>• Criação da Comissão Tripartite composta por Governo, Conselho e Sindicato dos Municipários (SIMPA) que trata sobre o ingresso de pessoal na administração do município.</li> <li>• Início da discussão dos critérios técnicos e gerais no Conselho de forma sistemática.</li> <li>• Redefinição do critério de eleição para delegados: 20 participantes – 1 delegado e a fração maior do que dez. Parcela dos delegados é tirada também nas reuniões intermediárias: 10 participantes – 1 delegado na reunião de maior quorum.</li> <li>• 1ª Prioridade de Toda a Cidade: Regularização Fundiária.</li> <li>• Plano de Desenvolvimento Econômico: programas e projetos para dinamização da economia da cidade.</li> <li>• Entra em vigor a lei do IPTU progressivo no tempo e que define as Áreas Urbanas de Ocupação Prioritária (AUOPS).</li> <li>• Inicia-se o processo de municipalização da Saúde - o município se responsabiliza cada vez mais pelas áreas sociais.</li> <li>• Criação do Conselho Municipal de Transportes Urbanos (COMTU) e do Conselho Municipal do Fundo de Compras Coletivas (FUNCOMPRAS).</li> <li>• Aprovada Lei 315 (de 06.01.94) que dispõe sobre o Solo Criado.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração nos critérios gerais do OP: é excluído o critério “população carente da região”.</li> <li>• Regimento Interno passa a ter formato próprio e é publicado.</li> <li>• Comissão Paritária e a Tripartite constam no Regimento Interno.</li> <li>• Criação da Instituição Comunitária de Crédito (ICC) Portosol.</li> <li>• Realização do II Congresso da Cidade: início das discussões sobre a reformulação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano.</li> <li>• Início da Constituinte Escolar e reestruturação curricular: ensino por ciclo de formação.</li> <li>• Criação do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação - COMATHAB (LC 337 de 10.01.95).</li> <li>• Município credencia-se no Programa Pró-moradia do governo federal, aumentando sua responsabilidade na área habitacional - descentralização da política habitacional.</li> <li>• Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Cidadania contra as discriminações e violência (CMDIC), do Conselho Técnico da Vila Tecnológica de Porto Alegre, do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM).</li> <li>• Regulamentação do Fundo Municipal de Desenvolvimento (FMD) (Lei 7592 de 10.01.95).</li> <li>• Aprovada a Lei 7593 (de 05.12.95) que dispõe sobre a instalação de escritórios comunitários nas vilas irregulares de Porto Alegre.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mudança nos nomes dos temas de hierarquização: transporte passa a ser Transporte e Circulação e retira-se o termo “comunitária” da Pavimentação.</li> <li>• Mudança nos critérios de eleição para delegados: introdução do sistema de faixas.</li> <li>• Introdução de uma tabela de proporcionalidade no Regimento Interno para a eleição dos conselheiros quando tiver mais de uma chapa.</li> <li>• Mudança no nome do Conselho: Conselho Municipal do Orçamento Participativo.</li> <li>• Repercussão internacional do OP: apresentado no Habitat - II em Istambul com a participação de conselheiro do OP.</li> <li>• Município assume a Secretaria Executiva da Rede de Cidades do Mercosul.</li> <li>• Lei Kandir e FUNDEF – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental -retiram os recursos do município.</li> <li>• Criação do Conselho Municipal de Ciência e Tecnologia (COMCET), do Conselho Municipal de Agricultura e Abastecimento (CMAA), do Conselho Municipal do Meio Ambiente (CMS), do Conselho Municipal de Desporto e do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (COMAE).</li> </ul>

1997	1998	1999	2000
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 3ª gestão da Administração Popular.</li> <li>• Elaboração do Plano Plurianual com participação popular: discutido nos Fóruns do OP.</li> <li>• Alteração no critério de eleição dos delegados: oito faixas de proporcionalidade.</li> <li>• A rodada passa a ser chamada de Assembléia Geral Popular.</li> <li>• Os participantes da 1ª rodada são identificados para a escolha dos delegados.</li> <li>• Introduz-se oficialmente o nome de “Rodadas Intermediárias”.</li> <li>• Criação da Comissão Tripartite II composta pelo Conselho, Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente que trata sobre o convênio das creches comunitárias.</li> <li>• Criação da Comissão de Comunicação do Conselho.</li> <li>• Mudança nos critérios gerais (pesos, notas e faixas): carência do serviço ou infra-estrutura (peso 4 e 5 notas), população total da região (peso 2 e 4 notas) e prioridade temática da região (peso 4 e 5 notas).</li> <li>• Novo tema de hierarquização (total de 8 temas): Assistência Social; Ampliação do tema Regularização Fundiária que passa a chamar-se Política Habitacional abrangendo: regularização fundiária, reassentamento, urbanização e unidades habitacionais.</li> <li>• 1ª Prioridade de Toda a Cidade: Política Habitacional.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração no critério de eleição dos delegados: quatro faixas de proporcionalidade.</li> <li>• Conselheiros organizam pauta de reuniões para discutir o seu papel.</li> <li>• Novos temas de hierarquização (total de 12 temas): Áreas de Lazer, Esporte e Lazer, Desenvolvimento Econômico e Cultura.</li> <li>• tema Desenvolvimento Econômico tem critérios técnicos definidos no Regimento Interno.</li> <li>• 1ª Conferência de Direitos Humanos.</li> <li>• Implantação de grandes empreendimentos na cidade deve ser submetida às diretrizes do desenvolvimento econômico. Ex.: Supermercado Carrefour.</li> <li>• Governo Federal suspende repasses para Estados e Municípios referente a moradia e saneamento.</li> <li>• Criado o Sistema Municipal de Ensino de Porto Alegre que implantou o Planejamento e o Orçamento participativo na Escola Cidadã.</li> <li>• 1ª Prioridade de Toda a Cidade: Pavimentação.</li> <li>• Incluído no Regimento Interno a garantia de intérprete da Língua Brasileira de Sinais – Libras</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Novo nome do Conselho: Conselho do Orçamento Participativo (COP).</li> <li>• Aprovação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental que conta com uma representação mais efetiva das regiões.</li> <li>• Incluído no Regimento Interno artigo tratando sobre as reuniões dos conselheiros.</li> <li>• Porto Alegre ganha o prêmio Prefeito Criança.</li> <li>• Identifica-se necessidade de divulgar as deliberações e encaminhamentos das reuniões da Comissão Paritária e da Comissão Tripartite.</li> <li>• Inclui-se no Regimento Interno a possibilidade de constituir Comissão Especial para acompanhar real carência de cada região.</li> <li>• 1ª Prioridade de Toda a Cidade: Saneamento Básico.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Alteração no critério de eleição dos delegados: 10 participantes - 1 delegado.</li> <li>• Alteração nos critérios para eleição dos delegados nas intermediárias.</li> <li>• Na ficha de credenciamento do participante das rodadas acrescenta-se a expressão “segmento” ao qual a pessoa pertence.</li> <li>• Para eleição de delegados nas rodadas intermediárias determina-se reunião específica para este fim.</li> <li>• Coordenação do COP substitui a Comissão Paritária, composta de 4 representantes do governo e 8 conselheiros.</li> <li>• Introdução dos critérios técnicos da Assistência Social.</li> <li>• Alteração nos critérios gerais: carência de serviço ou infra-estrutura (peso 4 e 4 notas); prioridade da região (peso 5 e 4 notas).</li> <li>• Criação de nova Temática: Cultura.</li> <li>• Incluído no Regimento Interno: Obras institucionais que exigirem recursos orçamentários próprios, ou financiamentos de organismos nacionais ou internacionais deverão ser debatidas previamente com a comunidade.</li> <li>• 1ª Prioridade de Toda a Cidade: Política Habitacional.</li> <li>• Porto Alegre ganha o prêmio Prefeito Criança.</li> <li>• III Congresso da Cidade - 2 eixos de enfoque: gestão participativa e qualidade de vida.</li> <li>• Criação do Centro de Aplicação e Formação de Educadores Populares.</li> <li>• Posse do novo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e dos Fóruns Regionais de Planejamento com a participação das comunidades.</li> <li>• Inauguração do Auditório Popular no Mercado Público - local para as reuniões do Orçamento Participativo.</li> <li>• Criação do Conselho de Segurança Comunitária.</li> </ul>

## 2001

---

- 4ª gestão da Administração Popular.
- Novo tema de hierarquização (total de 13 temas): Saneamento Ambiental; Mudança nos nomes do tema política habitacional para Habitação e Organização da Cidade para Iluminação Pública.
- Inclui-se no Regimento Interno que o conselheiro não pode ser agente do Mova.
- Inclui-se no Regimento Interno que o acompanhamento das obras pode ser feito pela Comissão de Obras independente de sua fase, governo devendo providenciar o transporte.
- Incluído no Regimento Interno a linguagem Braille nas plenárias.
- Criação da Tripartite III: discussão das políticas de Assistência Social.
- Criada no COP a Comissão de Obras, Habitação e Área Social.
- Inclui-se nos critérios técnicos da Habitação: necessidade de um cadastramento junto a comunidade nos casos dos projetos habitacionais, evitando a grilagem e a venda de terrenos.
- Inclui-se no Regimento Interno: governo deverá responder aos conselheiros(as) das regiões/temáticas as questões levantadas pelos mesmos nos informes das reuniões.
- OP - Internet: possibilidade de enviar sugestões via internet com análise prévia do governo e sendo obrigatória a avaliação e deliberação nos Fóruns de Delegados do OP ([www.porto-alegre.rs.gov.br/op/default.htm](http://www.porto-alegre.rs.gov.br/op/default.htm)).
- Discussão da Proposta do Plano Plurianual pela população em geral, nas instâncias de base do OP, no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental e Conselhos Setoriais.
- Criação do Grupo de Trabalho Modernização do OP - internamente ao governo - para propor melhorias.
- Aprovação da proposta de realização de cursos de capacitação sobre o Orçamento Participativo / Porto Alegre.
- Porto Alegre sede do Fórum Social Mundial.